

## Estado autoritário, direção partidária e cultura política: o jornal “O Nordeste” na década de 1930 (Fortaleza/CE)

JOSÉ ALOÍSIO MARTINS PINTO\*

Fundado em junho de 1922, sob os auspícios da Arquidiocese de Fortaleza, então administrada por Dom Manuel da Silva Gomes, *O Nordeste*, além de afirmar que “ser comunista é ser inimigo do Brasil”<sup>1</sup> e que “os bolcheviques não têm nada de humano”<sup>2</sup>, colocou-se a favor de outras práticas desenvolvidas pelo Tradicionalismo Católico da época. A despeito de criticar a instituição da República, o jornal mostrou-se defensor intransigente da ordem. Condenou as Revoltas Tenentistas. Expressou concordância com o programa da Legião Cearense do Trabalho (L C T).<sup>3</sup> Atuou na Liga Eleitoral Católica (LEC). Publicou as opiniões de Plínio Salgado, futuro dirigente da Ação Integralista Brasileira. Elogiou calorosamente Adolf Hitler, Benito Mussolini, Engelbert Dollfus, chanceler da Áustria, de 1932 a 1934 e aliado de Mussolini e Antonio de Oliveira Salazar. Adotou posições anti-semitas. Publicou vetos ao protestantismo, à maçonaria e ao espiritismo. Em relação à Rússia, ao discorrer acerca da mentalidade revolucionária e dos planos bolchevistas, o periódico mostrou quão insensato era o comunismo aos seus leitores. Afora isso, impôs-lhes regra de comportamento e cobrou-lhes fidelidade na hora da definição.

Avaliando o contexto político de 1930, *O Nordeste* afirmou: “o perigo comunista é uma realidade que ameaça o país e não será com panos mornos que se deixará subjugar”.<sup>4</sup> Visando superar o caos, o jornal defendeu a organização de um Estado “forte” e estável para realinhar o país com o princípio da autoridade e comprometido com a doutrina social cristã.

---

\* Doutorando em História (UNESP – Assis/SP, bolsista CAPES)

<sup>1</sup> Impressões da Rússia. Fortaleza, 4 nov. 1929. Editorial, p. 1.

<sup>2</sup> Moscou sem véus. Fortaleza, 17 jun. 1930. Editorial, p. 1.

<sup>3</sup> A LCT “[...] foi um movimento corporativista, integralista e católico de mobilização de trabalhadores. Antecessora da Ação Integralista Brasileira, manteve-se em atuação até 1937 quando Vargas decretou o Estado Novo. Teve como co-fundadores o tenente Jeová Mota e o padre Hélder Câmara. Composta de jovens católicos antiliberais e anticomunistas e militares opositores ao movimento de 30 [...]” (BARROSO, 2000, p. 325).

<sup>4</sup> Fortaleza/CE, 20 de fevereiro de 1930. Comentários, p. 1.

A Liga Eleitoral Católica (LEC), além dos membros vinculados à Arquidiocese de Fortaleza, o chamado “grupo católico”, era formada por integralistas e remanescentes dos partidos Democrata e Conservador, que, ao longo da Primeira República, revezaram-se na condução da política cearense. Destituídos na Revolução de 1930 pela dissidência oligárquica dos Távora, originária do Partido Democrata, conservadores e democratas voltaram à cena pública na gestão pró-LEC do interventor Roberto Carneiro de Mendonça.

O jornal *O Nordeste* exerceu a função de porta-voz da Liga Eleitoral Católica (LEC). Na coalizão lecista atuou como uma importante força política nas eleições de 1933 a 1936. Nelas, a LEC tornou-se hegemônica, apesar do diário vespertino, em diversos exemplares, limitar a atuação do lecismo “fora e acima dos partidos”. Em 1936, com a desistência da LEC de lançar candidatos, o lecismo passou a dirigir o Partido Republicano Progressista e elegeu Raimundo de Alencar Araripe, ex-presidente da União de Moços Católicos, prefeito da capital cearense.

Não obstante participar ativamente do jogo partidário, *O Nordeste* solicitava ao presidente Getúlio Vargas a instalação urgente dum Estado “forte” no Brasil, o único capaz de derrotar os ferrenhos inimigos de Roma: o liberalismo, o laicismo, o comunismo, os judeus, os maçons, os jacobinos etc.

A respeito das “funções de partido” (GRAMSCI, 1988: 22-29; OPPO, 2007: 898-905), *O Nordeste* desempenhava-as mediando os conflitos entre as facções que compuseram a LEC. Continuamente, na escrita do órgão arquidiocesano, o lecismo simbolizava a homogeneidade política por excelência e materializava os interesses vinculados à tradição católica do povo, opondo-se aos malefícios da Constituição Republicana de 1891: liberalismo e laicismo. Unificados, os lecistas derrotariam os inimigos contumazes do Vaticano e o “partido sem deus”, o PSD, apesar deste ignorar o anticatolicismo, completamente. Oligarcas, mas com diferenças, a LEC, reacionária e o PSD, reformista, ambos restringiram-se a disputar o aparato estatal e privatizando a coisa pública, garantiram a sobrevivência das elites locais.

Como tática de inserção *O Nordeste* mesclava convencimento, manipulando a dualidade céu-inferno e baseando-se na moral e nos bons costumes, traço cultural que diferenciava os brasileiros das populações soviéticas, com louvor à eficácia policial

(prisões e banimentos). Também, propunha lições de enquadramento nas colônias de trabalho, no catecismo, na labuta prolongada etc.

Do ponto de vista da ação política, de 1932 a 1936, *O Nordeste* transformou sua sede em local de alistamento de votantes e distribuição de cédulas eleitorais, afora a constante publicação, sob as bençãos de Dom Manual da Silva Gomes, arcebispo metropolitano, de avisos de reuniões da LEC nos bairros de Fortaleza e no palácio arqui episcopal. As polêmicas com o PSD, com o jornal *O Povo*, com o interventor Moreira Lima, sucessor de Carneiro de Mendonça e a valorização do sufrágio feminino foram correntes nas edições d' *O Nordeste*.

*O Nordeste* acusou o jornal *O Povo* de abrigar republicanos, liberal-democratas e maçons. Alongando-se nas querelas com *O Povo*, *O Nordeste* qualificou-o de atrasado por refutar os governos fortes, em voga na Europa e desprezar o magnífico papel do alemão Adolf Hitler ao livrar o velho mundo das ameaças comunistas.<sup>5</sup>

Às vésperas da instalação da Legião Cearense do Trabalho, *O Nordeste* enfatizou que a nova agremiação coadunava-se com a índole e com as tradições do operariado brasileiro, pois “as veleidades anacrônicas do comunismo” representavam uma “anomalia” em nosso meio fundamentalmente cristão.<sup>6</sup>

A respeito da oratória do tenente Severino Sombra, quando do ato inaugural da Legião, *O Nordeste* destacou: “a anarquia é fruto do liberalismo e do socialismo”. Por isso, a LCT livraria os trabalhadores do perigo dos falsos advogados, evitando que o proletariado fosse atraído para o campo das reações contra a legalidade. Daí, cumpria evitar a “catástrofe” da rebelião social bolchevizada<sup>7</sup>.

Em uma das matérias pró-LCT a folha católica apontou os caminho à população: à direita ou à esquerda. Na esquerda, localizavam-se os inimigos da nacionalidade, materializados num materialismo exótico, sem raízes nacionais. E qual o mérito da Legião? O governo Vargas iria receber desta organização um apoio franco para a sua missão de profilaxia dos vícios políticos de então.<sup>8</sup> Alarmista, *O Nordeste*

---

<sup>5</sup> A folha do PSD fora do seu lugar. Lirismo e veleidades. Ordem a realizar. Obra de confusionismo. Dificuldade de compreensão... Fortaleza 15, 17, 17, 20, 22 fev. 1934. Editoriais, p. 1.

<sup>6</sup> Legião Cearense do Trabalho. Fortaleza, p. 1, 22 ago. 1931, p. 1.

<sup>7</sup> Manifestação operária. Fortaleza, 24 ago. 1931. Editorial, p. 1.

<sup>8</sup> Para a direita ... Fortaleza, 17 set. 1931. Editorial, p. 1.

sentenciou: nada de dubiedades diante do adversário “rubro”. Ademais, ressaltava o periódico: a LCT desviaria o proletariado do socialismo revolucionário.<sup>9</sup>

Segundo *O Nordeste*, afora a LCT, outra organização repudiaria disseminação da mentalidade bolchevizante na sociedade: a Liga Eleitoral Católica (LEC).<sup>10</sup> Na primeira página, com ampla cobertura, o jornal noticiou a instalação da Junta Estadual da LEC, em Fortaleza. A cerimônia ocorreu no dia 16 de dezembro de 1932, às 20h, no salão nobre do Colégio da Imaculada Conceição, escola administrada pelas Irmãs Vicentinas. Ao informar deste ato inaugural, o periódico advertiu: nenhum católico, consciente dos seus deveres, poderia negar apoio a essa organização que representava uma exigência formal dos nossos sentimentos de Religião. Junto à admoestação, a íntegra dos estatutos da entidade.<sup>11</sup>

Sem mencionar a presença das massas, do povo ou da multidão na posse da junta estadual lecionista, *O Nordeste* restringiu-se a destacar o comparecimento de grande número de famílias, de pessoas da mais alta representação da ambiência católica, de membros do clero, advogados, professores, jornalistas etc. Discursaram na sessão solene, os presidentes do cerimonial: o arcebispo de Fortaleza, Dom Manuel e o vigário-geral do arcebispado, Monsenhor Antônio Tabosa Braga; a professora Rosita Paiva, do setor feminino arquidiocesano e o Andrade Furtado, editor-chefe d’*O Nordeste* e professor da Faculdade de Direito do Ceará.<sup>12</sup>

Na junta estadual empossada, dois nomes merecem destaque pelos cargos que ocuparão: Edgard Cavalcante de Arruda, membro do extinto Círculo Católico de Fortaleza (1913-1921), futuro senador, eleito em 1935, e Raimundo de Alencar Araripe, ex-presidente da União dos Moços Católicos, vencedor do pleito municipal de 1936, prefeito de Fortaleza de 1936 a 1945.

Antes de apoiar constituição da Liga Eleitoral Católica/CE, *O Nordeste*, no começo de 1932, opôs-se frontalmente à reconstitucionalização do Brasil, ao debate partidário e ao voto universal. Estas polêmicas marcaram o centro da política do jornal.

---

<sup>9</sup> O Patrimônio da Civilização. Fortaleza, 10 nov. 1931. Editorial, p. 1.

<sup>10</sup> Arregimentação indispensável. Fortaleza, 27 dez. 1932. Editorial, p. 1.

<sup>11</sup> A instalação da Junta Estadual da L.E.C. em Fortaleza. Haverá, hoje, grande sessão cívica no Colégio da Imaculada. Fortaleza, p. 1, 16 dez. 1932.

<sup>12</sup> Instalou-se, ontem, solenemente, a Liga Eleitoral Católica do Ceará. Fortaleza, p. 1, 17 dez. 1932.

Porém, de forma pragmática, o órgão clerical participou das eleições constituintes de 1933.

A conduta de negar à constituinte baseava-se na compreensão de vislumbrar no governo provisório Getúlio Vargas, qualificado de ditadura, a possibilidade definitiva de estabilização do regime. Por isso, o jornal afirmava que qualquer que fosse a atitude do governo, em face dos gravíssimos problemas a resolver, o ano de 1932 seria de alta significação à nossa História. A “ditadura” assumia o sério compromisso de harmonizar o idealismo das nossas instituições com as realidades brasileiras.

Logo, estava próxima a conciliação da ordem dos espíritos com a ordem das ruas. Getúlio respeitaria a tradição popular, eliminaria os preconceitos exóticos, extirparia as doutrinas subversivas, suprimindo as lutas e os ódios de classes. Porque do contrário, Vargas assemelhar-se-ia os governantes republicanos pré-1930, porquanto, não se governava à revelia da vontade do povo, senão transitoriamente, acreditava *O Nordeste*.

Embora apoiando irrestritamente Getúlio, a expectativa em relação ao comportamento político de Vargas manifestava certa dúvida, caso a harmonização religião e civismo redundasse em fracasso: retrogradaríamos ao liberalismo desmoralizador, às praxes viciadas de sufocação dos direitos legítimos da família brasileira, questionava o vespertino.<sup>13</sup>

N’*O Nordeste*, a aversão à constitucionalidade fundamentava-se no apoio incondicional aos princípios revolucionários executados por Getúlio Vargas. O jornal compreendia a presidência de Getúlio Vargas como uma passagem. A nação saía de um período no qual as relações Estado-Igreja estavam debilitadas e começava a ingressar num estágio de franca consolidação dos laços do poder civil com o religioso. O decreto favorável ao ensino religioso facultativo, juntamente com a inauguração da estátua do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, à época capital federal, atos ocorridos respectivamente em 31 de abril e 12 de outubro de 1931, receberam nas páginas d’*O Nordeste* largos elogios. Insatisfeito, o jornal queria ir à frente. Defendia a implantação de um regime autoritário no Brasil, recorrendo à expressão governo forte.

A justificativa para esta proposta vinha da percepção que a pátria sentia-se à beira de um caos. A olhos vistos, sobressaía o conluio dos bolcheviques e de outros

---

<sup>13</sup> Novo ano. Fortaleza, 1 jan. 1932. Editorial, p.1.

setores hostis ao executivo federal. O livrar-se do abismo, prognosticava o diário arquiocesano, aconteceria se por ventura, Getúlio, governando com amplos poderes, impedisse o regresso do país à constitucionalidade, proibisse a atuação dos partidos, originários da Primeira República e controlasse o povo, cuja atuação restringir-se-ia a mera condição de executor das tarefas cívicas. De novo, presencia-se a descrição das massas: ingênuas, embrutecidas e destinadas a acompanhar fielmente a orientação social das elites.

A concepção de democracia apregoada n’*O Nordeste* elevou Getúlio Vargas à condição de ponto de equilíbrio da ditadura. As reformas ingentes a serem desenvolvidas adquiriram ares de salvacionismo, configurando-se em antítese da governação afeita à Constituição de 1891. Deste modo, a publicação arquiocesana elegeu seus inimigos: liberalismo doentio, positivismo obsoleto, explosões de terror do reacionismo vermelho, socialismo revolucionário e convulsionismo internacionalista e repeliu veementemente a condescendência da Primeira República para com eles. Na visão política d’*O Nordeste* predominava a máxima: fortaleça-se a autoridade, que o liberalismo combaliu!<sup>14</sup>

Incessantemente proclamado ditador, Getúlio movimentava-se dentro de uma encruzilhada fatal, agia sabiamente, a despeito da hora sombria e vinha usufruindo do essencial: a proteção habitual da misericórdia divina ao Brasil. Entretanto, devia respeitar os limites da graça especialíssima da Providência, sob pena de cair em pecado. A longevidade de Vargas condicionava-se à obediência do princípio: o respeito às nossas tradições católicas levaria às multidões o amor à pátria, a obediência à lei, o acatamento à autoridade, o culto à família, o espírito de ordem e os direitos da justiça.<sup>15</sup>

A resistência do jornal *O Nordeste* à constituinte manifestava o forte grau de exclusão dispensado aos populares. O povo aparecia na qualidade de simples joguete nas postulações das elites econômicas e carente de formação política. Manipuláveis, viviam à mercê dos políticos profissionais e vítima das corriqueiras adulterações eleitorais. Confirmando isso, atestou *O Nordeste*: “estamos muito mal amparados, se esperamos a renovação cívica da pátria do sufrágio universal”. Prolongando-se,

---

<sup>14</sup> Crise política. Fortaleza, 7 mar. 1932. Editorial, p. 1.

<sup>15</sup> Hora crítica. Fortaleza, 15 mar. 1932. Editorial, p. 1.

culpabilizou os estadistas e os chefes de partidos do pré-1930 por realizarem eleições fraudulentas.

O jornal, considerando a frágil hipótese de ter havido pleitos livres no pré-1930, assegurou a impossibilidade da Primeira República de referendar a vontade do eleitorado. Fechando este raciocínio, enfatizou: inadmissível seria tornar o sufrágio universal a terapêutica para os males do Brasil. No seguimento, o periódico delineou a solução: gestão de ordem, impulsionadora moral da população e à altura das graves necessidades da hora excepcional vivida pelo país; pulso decidido e firme no leme da nação; ação regeneradora e seriedade administrativa sintonizadas com as aspirações públicas e dentro da realidade brasileira.<sup>16</sup>

*O Nordeste* enfatizava uma concepção autoritária no processo eleitoral em curso: desmoralizar o voto universal. Assim, o acesso a este direito, instituído pelo Código Eleitoral de 1932, foi bastante criticado pelo jornal. Preso à avaliação – o Brasil carecia de salvação, o país vive um momento excepcional, Getúlio Vargas honroso ditador – o periódico identificou, nos aproveitadores do regime, nos adeptos da democracia moderna e nos profissionais da política, os mentores dos embustes: a soberania reside no povo e só a este cabe a delegação dos poderes governamentais; soberania exercida pelo povo através das urnas. Por isso, só a paz, leia-se, arrefecimento na disputa de projetos eleitorais e acordo entre as elites, favoreceria o progresso, as realizações do trabalho e o retorno do Brasil às suas origens, a Terra da Santa Cruz e a um passado próximo, quando na Monarquia o catolicismo fora religião oficial.<sup>17</sup>

A seguir, uma sequência de objeções ao sufrágio universal n’*O Nordeste*: Poderíamos igualar o voto do homem trabalhador, vinculado ao seu lar, por laços morais resistentes, ao voto do indivíduo que nada tem a perder, tornando-se, por isso, um sequaz de desordem, desejoso de pescar nas águas turvas de subversão social? Deveríamos colocar no mesmo pé de igualdade, sem atentar contra as normas da sensatez, o voto do homem competente, que estudava os problemas vitais do país, e o voto do ignorante, desconhecedor das necessidades urgentes da vida pública? Teria a mesma expressão da vontade popular o voto do chefe de família que labutava para cumprir com honradez os seus deveres sociais e o voto egoísta do libertino celibatário?

---

<sup>16</sup> Pulso firme. Fortaleza, 29 mar. 1932. Editorial, p. 1.

<sup>17</sup> Preconceitos anacrônicos. Fortaleza, 30 mar. 1932. Editorial, p. 1.

Estariam nas mesmas condições de merecimento o voto do agricultor, do comerciante, do industrial e o voto do viciado na malandragem, sem eira e nem beira, que colocava a sua aspiração em obter a sinecura de um emprego público? A igualdade perante a lei produziria esse inconcebível absurdo do voto do bandido ter o mesmo valor do voto do cidadão honesto. Como transformaríamos, para o efeito da função eleitoral, o analfabeto em homem culto, o nivelamento tem de ser feito pelos índices de inferioridades?<sup>18</sup>

Nos primeiros meses de 1933, o jornal *O Nordeste* por meio de editoriais, artigos e notícias reafirmava a Liga Eleitoral Católica como sua única opção partidária às eleições constituintes de maio de vindouro. Agindo do contrário, os eleitores tornar-se-iam pecadores. Além disso, o periódico enalteceu a mulher católica, de eleitora renegada, passou a fator decisivo no triunfo lecionista. Mesmo transcorrida esta quadra eleitoral, durante a Assembleia Nacional Constituinte e nas eleições de 1934, 1935 e 1936, o órgão continuou sendo o porta-voz dos lecionistas. Tenaz em sua doutrinação política, o jornal advertia: o Brasil jamais poderia imitar a União Soviética. Os temas (educação, família, moral, povo e trabalho) foram apreciados invocando o pânico de outrora: agraciados com o ouro de Moscou, os bolcheviques estavam prestes a atacar o território nacional.

Com isso, o país margeava o precipício e a saída para derrotar a russificação, a geratriz do “mal”, encontrava-se prioritariamente na submissão do poder temporal ao Evangelho. Assim, o Estado cristianizado substituiria o Estado liberal oriundo da Constituição de 1891. A partir desta leitura, *O Nordeste* expôs uma concepção autoritária e nacionalista de Estado: a nova governança competiria às elites (eclesiástica, econômica e intelectual), que sedimentariam a reconstrução da pátria iniciada na ditadura do presidente Getúlio Vargas. Ao povo, só restaria atuar nas lides políticas na função de mero seguidor dos chefes e obstáculo aos comunistas.

Ao passo que manifestava repugnância ao facciosismo partidário, típico da Primeira República, mas com possibilidade de ser retomado, não obstante a vitória da Revolução de 1930 e a honrada ditadura do presidente Getúlio Vargas, *O Nordeste* aclarava o porquê da LEC: era a orientação que salvaria o Brasil das incursões nefastas

---

<sup>18</sup> Idem.

de perigosas ideologias convulsionalistas. O êxito lecista seria total se o propulsor do descalabro eleitoral da velha República fosse extirpado: o agnosticismo laicista.<sup>19</sup>

Esta pregação e as anteriores do jornal *O Nordeste* vulgarizavam sem cessar os preceitos: a LEC age fora e acima dos partidos e os lecistas repudiam disputar o poder pelo poder (não queremos mandar; também não deixaremos que mandem os inimigos da nossa Fé e da nossa Pátria).<sup>20</sup> Entretanto, a LEC tornou-se partido e *O Nordeste* tratou de justificar a legalização.

“Fique, pois, assentado, agora e para sempre, que não se vai fundar nenhum partido católico. Vamos decidir o futuro do Brasil. Só a Igreja, que não tem partido, só Ela pode trazer ao Brasil os dias felizes que os homens, até hoje, não lhe deram.”<sup>21</sup> Nestes termos Luis Sucupira, importante colunista de *O Nordeste*, rechaçou a conversão da LEC num simplório ajuntamento partidário, igual aos restantes.

Sucupira valeu-se de convicções impressas em *O Nordeste*: o lecismo atinha-se ao ordenamento do eleitorado católico, com o intento de cristianizar a vida pública e regenerar o voto. Por representarem grande contingente, 90% da população, os católicos transmudar-se-iam no fiel da balança das próximas disputas políticas. Nisso, lembrou o quão pecaminoso seria para os crentes renegar às urnas. A duradoura hegemonia das práticas políticas fundamentadas no Evangelho aniquilaria a luta intestina dos partidos, superaria a letargia momentânea dos católicos e a moral cristã execraria a corrupção advinda da Primeira República. Ao retomar a delimitação dos campos, o articulista corroborava com o maniqueísmo usual de *O Nordeste*: a autoridade, os patriotas, os papas Leão XIII e Pio XI versus os ameaçadores do bem público, os rebeldes de variados naipes e os aproveitadores da ignorância religiosa do povo.

Definida inscrição da LEC no Superior Tribunal Eleitoral (STE), Luis Sucupira retomou as explicações concernentes à partidarização do lecismo.<sup>22</sup> O jornalista argumentava que a oficialização da LEC, nunca poderia induzir tapeação aos católicos, malgrado os lecistas terem informado, exaustivamente, o oposto: a Liga

---

<sup>19</sup> Os resultados da L. E. C. Fortaleza, 28 jan. 1933. Editorial, p. 1.

<sup>20</sup> A L. E. C. em foco – Os católicos não querem formar partido. Fortaleza, p. 1, 27 jan. 1933.

<sup>21</sup> O que é e o que quer a Liga Eleitoral Católica. Fortaleza, p. 1, 4 fev. 1933. (Publicado originalmente em 30 de dezembro de 1932, p. 1.)

<sup>22</sup> Na edição do dia 21 de fevereiro de 1933, **O Nordeste** informou acerca da obtenção do registro partidário pela LEC (A Liga Eleitoral Católica registrada, p. 1), mas o fez de forma simples.

Eleitoral Católica não é um partido político. O registro no STE vinculava-se ao objetivo-mor da entidade: comandar o eleitorado católico e o cumprimento deste ideário articulava-se com conjuntura política vigente.

Na ótica de Sucupira, o lecismo apenas respeitara as normas do Código Eleitoral de 1932, para facilitar a difusão do programa da entidade e isto, diferenciava-se de amealhar votos, ambicionando o poder.

Sucupira, problematizando o contexto eleitoral, aventou a conveniência de a LEC viabilizar nomes à constituinte, por causa do isolamento imposto à agremiação. Mantido o afastamento, poderiam os demais partidos lançar os inimigos ferrenhos ou ocultos da religião, e aí a legalidade eleitoral denotaria exclusivamente a reação de um eleitorado consciente do seu dever patriótico. A LEC deixaria os bastidores e, gerindo uma grande força eleitoral, tolheria o retorno dos hábitos da “República positivista de 1889”, configurando-se na maior força eleitoral do Brasil Novo, projetava o futuro deputado constitucional.<sup>23</sup>

Reagindo, conforme preconizara Luis Sucupira, a LEC-CE escolheu os candidatos à eleição constituinte. *O Nordeste*, junto com os critérios de formação da chapa, noticiou o revés nas conversações envolvendo a cúpula do lecismo e as agremiações concorrentes. A conclamação (*Todos a postos!*) fechou a cobertura destas negociações políticas. Primeiramente, os lecistas tentaram compor com o PSD (Partido Social Democrático). No Ceará, o ministro da Agricultura do governo Vargas, major Juarez Távora representou os pessedistas.<sup>24</sup> Ao se pronunciar sobre o insucesso da chapa única, o jornal publicou um pequeno e lamuriante aviso, no qual ignorou o motivo do distrato.<sup>25</sup>

O triunfalismo da manchete – A LEC ELEGEU OS SEIS CANDIDATOS QUE APOIOU – norteou a cobertura d’*O Nordeste* acerca do resultado das eleições constituintes de 1933.<sup>26</sup> O ufanismo estendeu-se nas asserções: o Ceará a serviço do presidente Getúlio Vargas, a sensatez do eleitorado da LEC, o lecismo circunscrito à arregimentação do votante católico, negando-se a lutar por funções públicas.

---

<sup>23</sup> A Liga Eleitoral Católica é partido político? Fortaleza, p. 1, 2 mar. 1933.

<sup>24</sup> A ação eleitoral da L.E.C. Fortaleza, p. 1, 12 abr. 1933.

<sup>25</sup> Nota da Liga Eleitoral Católica. Fortaleza, p. 1, 19 abr. 1933.

<sup>26</sup> Fortaleza, p. 1, 16 maio 1933.

Ao propagar essas análises, *O Nordeste* conectou-as a duas características positivas do governo Vargas: o menosprezo às injunções partidárias oriundas da Primeira República e a progressiva reestruturação administrativa do Brasil, freando o bolchevismo e exaurindo as rebeliões sociais ou separatistas. O aforismo (voto dado, voto apurado) magnificava o denodo eleitoral dos cearenses. Aqui, livre do anárquico comportamento dos impatrióticos, o povo elegeu uma bancada à altura do momento, afinada com o sentimento da família conterrânea, católica por excelência.<sup>27</sup>

A vantagem lecionista (elegeu seis deputados e o Partido Social Democrático, que fora liderado pelo ex-interventor federal no Ceará, Fernandes Távora, quatro parlamentares), punha na ordem do dia a intransferível reconciliação da República do Brasil com a Igreja Católica. Unidos, resguardariam o povo de ameaças assustadoras provenientes da onda invasora das doutrinas de demolição social, vindas do estrangeiro russificado e proporcionariam a emergência da principal força de conservação da pátria, a religião católica, o trabalho ordeiro e o aprendizado familiar.<sup>28</sup>

Na visão d'*O Nordeste*, o liberalismo, originário da República (1889), alimentava a proliferação do comunismo no Brasil. As posturas liberais, por tolerarem a militância bolchevique, foram definidas como exógenas à tradição católica do brasileiro. O jornal, ao menor indício de contestação à ordem, vindo de qualquer matriz ideológica, clamava por uma reação nacionalista e pelo fortalecimento do princípio da autoridade para impedir a preponderância das “forças do mal”. Apoiador de primeira hora da Revolução de 1930, o periódico considerava o presidente Getúlio Vargas indispensável à regeneração pátria, que extinguiu os malefícios da Primeira República.

Em 1934, *O Nordeste* acusou o jornal *O Povo*, órgão do Partido Social Democrático (PSD), de ser liberal. Ampliando as polêmicas com *O Povo*, a gazeta clerical louvou a “equidistância” do interventor federal no Ceará, capitão Carneiro de Mendonça, nas eleições constituintes de 1933 e pichou de comunista o sucessor do mesmo, coronel Felipe Moreira Lima, dado sua relação de proximidade com a Aliança Nacional Libertadora e com o PSD. Ainda em 1934, a folha arcebispal, ao analisar a Assembleia Nacional Constituinte, defendeu a instituição dum Estado “forte” no Brasil. Tudo isto, objetivando resistir à crescente sovietação do país. No mais, a Liga

---

<sup>27</sup> Honra ao Ceará. Fortaleza, 22 maio 1933. Editorial, p. 1.

<sup>28</sup> A nossa política. Fortaleza, 23 maio 1933. Editorial, p. 1.

Eleitoral Católica (LEC) permaneceria ao largo das intrigas partidárias, destacava *O Nordeste*.

Outra frente de atuação d'*O Nordeste* foi o pleito de 14 de outubro de 1934. Nesta data foram eleitos deputados à Câmara Federal e à Assembleia Constituinte Estadual. Do total de onze deputados federais reservados ao Ceará, a Liga Eleitoral Católica elegeu sete e o Partido Social Democrático quatro parlamentares. Quanto aos estaduais, a LEC elegeu dezessete contra treze do PSD. Na eleição em apreço, o vespertino compreendia que a política dos católicos na Terra de Santa Cruz limitava-se a concorrer com o seu voto livre para escorraçar dos postos de representação popular os indivíduos que queriam sepultar a Pátria, para o efeito de satisfazerem as suas ambições inconfessáveis.

E quem seriam os coveiros da nação? As publicações dissolventes, os filhos das trevas, as ideias de corrupção social, as almas degeneradas, os arautos da III Internacional e a infiltração internacionalista de Moscou, reconhecida e confessadamente ligada ao trabalho de difusão no país da ideologia odiosa e escravizadora da barbaria soviética. Com isso, o órgão chamava atenção para a disseminação do sovietismo no Brasil conectado à gente estrangeira, cuja ardileza maculava os símbolos sagrados da nossa emancipação moral e política – a Cruz de Nosso Senhor e a Bandeira da Pátria!<sup>29</sup>

As acusações do PSD, através d'*O Povo* – os pessedistas sofreram no pleito constituinte, em 1933, terrível e imerecida campanha da LEC; de novo, estava o PSD ameaçado de sofrer da mesma campanha, caso o desembargador Olívio Câmara, titular da Secretária do Interior e da Justiça, assumisse o cargo de interventor, ratificando o desejo dos lecionistas, em se configurando a saída de Carneiro de Mendonça – para *O Nordeste* eram infundadas. Ao contestá-las, o órgão arquiocesano renovou os elogios a Carneiro de Mendonça, enalteceu o governo do presidente Getúlio Vargas por estar respeitando o voto popular e revelou uma informação ausente do seu noticiário: o pacto entre a LEC e o PSD.

*O Nordeste* referiu-se à eleição do médico Leão Sampaio, católico e pertencente à facção chefiado por Fernandes Távora (PSD) e incluído na chapa lecionista, como ato de conciliação com o pessedismo, que se negou a compor chapa única com a

---

<sup>29</sup> Liberdade de consciência. Fortaleza, 8 jan. 1934. Editorial, p.1.

LEC na eleição constituinte de 1933. Na compreensão d'*O Nordeste*, se o lecismo tivesse apresentado chapa completa (dez candidatos), poderia ter sido acusado de boicote aos pessedista, mas apenas concorreu com seis nomes. Ou seja, a LEC, numa postura conciliadora, “deixara” quatro lugares vagos para o PSD e elegera um notório correligionário de Fernandes Távora, líder civil da Revolução de 1930, no Ceará.<sup>30</sup>

Alertava *O Nordeste* que a defesa das tradições católicas do povo seria obrigação tanto dos devotos, como de todas as classes sociais. O triunfo dos inimigos jurados da civilização (os filhos das trevas, o judeu estrangeiro e os políticos liberais) acarretaria consequência trágica à nação: a pátria seria empresa exequível, para o internacionalismo dissolvente, a saldo de Moscou.<sup>31</sup> Para antepor-se à sovietação do país, a folha recomendava o fim da escola leiga, herança maldita da Constituição de 1891, e a aprovação pela Assembleia Nacional Constituinte do ensino religioso facultativo nos colégios públicos e a assistência religiosa nos quartéis, pois o laicismo de ódio disfarçado a Deus transformara-se abertamente no caminho para o bolchevismo escolar e deste para o comunismo total.<sup>32</sup>

*O Nordeste* ainda solicitava a imediata censura à imprensa livre, visto que o excesso de liberdade conduzia o mundo à beira do abismo da pior das tiranias, de que a Rússia é modelo.<sup>33</sup> A inclusão na legislação social brasileira da indissolubilidade matrimonial era solicitada frequentemente. Com tais medidas, acreditava *O Nordeste*, frear-se-ia a propagação do liberalismo e da “demagogia internacionalista”. Em síntese, o periódico vinculava a ruína da nacionalidade à descristianização republicana. Apreciando a conjuntura internacional, o jornal citou o austríaco e social-cristão, Engelbert Dollfus: “a época das secularizações passou”.<sup>34</sup>

Crise profunda! Para *O Nordeste*, o Brasil e os demais países civilizados estavam sendo penalizados por uma onda de rebelião, salvo Alemanha, Áustria, Itália e

---

<sup>30</sup> Os deputados católicos e a manifestação ao interventor. A atitude do PSD. Nota oficial da LEC. Desertores políticos. A nota do PSD. Liga Eleitoral Católica. Grande injustiça. Fortaleza, p.1, 10, 24, 24, 25, 26, 26, 31 jan. 1934. Ensarihar Armas! Fortaleza, 2 fev. 1934. Editorial, p. 1.

<sup>31</sup> Vitalidade católica. Fortaleza, 10 fev. 1934. Editorial, p. 1.

<sup>32</sup> O Brasil consciente e livre e o ensino religioso facultativo nas escolas. Fortaleza, p. 1, 12 fev. 1934.

<sup>33</sup> Lirismo e veleidade. Fortaleza, 17 fev. 1934. 2º editorial, p.1. Obra de confucionismo. Fortaleza, 20 fev. 1934. Editorial, p. 1.

<sup>34</sup> Outros rumos. Fortaleza, 28 fev. 1934. Editorial, p. 1. **O Nordeste** reportou-se a Engelbert Dollfus, chanceler da Áustria, de 1932 a 1934 e aliado de Benito Mussolini. Dollfus tornava-se referencial de governabilidade d'**O Nordeste**. Ver à frente, o editorial, O homem do dia.

Portugal, onde a reação nacionalista detivera o caos da anarquia. A origem da balbúrdia localizava-se na completa falência do Estado neutro e nos “hunos redivivos”, desejosos de reduzir a destroços a Pátria, a Religião, a Família e a Propriedade. Minando a iniciativa dos ministros de Deus a favor da moralidade das praias aos sertões mais rudes, irrompiam a imprensa livre, o sectarismo laicista, as “iras e os furores” dos arautos de Moscou.

Ante à veloz ofensiva da “ignomínia comunista”, a gazeta enalteceu a ação de Antonio Oliveira Salazar, com a organização do Estado Novo, em Portugal e Engelbert Dollfus, adepto do cristianismo social, de arma empunhada na Áustria, por terem derrotado as estocadas criminosas dos bolcheviques. Perante o “cataclismo da barbaria russa”, *O Nordeste* maximizou a autoridade de Adolf Hitler e Benito Mussolini. Antecedendo ao receituário anticrise, a folha desancara os governos democráticos, o tabu constitucionalista, a demagogia internacionalista e o laicismo corruptor da Primeira República brasileira. Fechando o combate ao “espírito do mal”, reproduziu máxima atribuída ao pensador católico brasileiro, Jackson de Figueiredo: era preferível o pior governo à melhor revolução.<sup>35</sup>

Visando derrotar o socialismo extremista e materializante, *O Nordeste* propôs a construção dum Estado cristão e nacional, concebido à luz da encíclica *Quadragesimo Anno*, do papa Pio XI. Ao desdobrar tal proposição, o órgão lecionista sistematizou a concepção política do ditador austríaco Engelbert Dollfus e sua democracia cristã: 1º) Estado ético de sentido cristão, assegurando definitivamente o respeito à vida moral, com a volta da instrução religiosa à escola e retirando a juventude da criminalidade ateística; 2º) Estado antiliberal sintonizado com a *Syllabus*, de 1864, do papa Pio IX, que condenou o individualismo e a constituição da sociedade em bases puramente materialistas; 3º) Estado antissocialista oponente do marxismo, contrário a toda modalidade de socialização dos bens e garantidor do direito natural de acumulação através da propriedade individual; 4º) Estado autoritário sem política parlamentar, pois tal conduta levou as nações ao demagogismo e ao formalismo democrático, que debilitaram o princípio de autoridade, a ser estabelecido sob a direção de chefes imbuídos do espírito de sacrifício; 5º) Estado corporativo capaz de unir as classes

---

<sup>35</sup> Problema fundamental. Ordem a realizar. A suprema lei. Liberalismo dissolvente. Fortaleza, 10, 17, 23, 24 fev. 1934. Editoriais, p. 1.

trabalhadoras e produtoras em colaboração cristã, conforme o preconizado nas encíclicas; 6º) Estado Nacional zeloso das características religiosas, etnográficas, históricas e políticas das nações, enquanto fatores essenciais à independência e à prosperidade dos povos.<sup>36</sup>

As sucessivas vitórias da LEC, iniciadas em 1933 na votação para a Constituinte Federal, possibilitaram a inserção do jornal *O Nordeste* no jogo político-partidário. Nesta eleição, de um total de 10 deputados, a LEC elegeu a maior bancada: 6 deputados contra 4 do Partido Social Democrata (PSD). Em 1934, para a Câmara Federal de um total de 11 deputados, a LEC ganhou, elegeu 7 e o PSD elegeu 4; e para a Constituinte Estadual de um total de 30 deputados elegeu a maioria: 17 contra 12 do PSD e 1 deputado avulso.

Em 1935, na Assembléia Legislativa, ocorreram mais dois triunfos da LEC, a eleição de Menezes Pimentel, ex-presidente do Círculo Católico de Fortaleza, ao governo do Ceará e a escolha de Edgar Arruda e Waldemar Falcão para o senado federal.

Em 1936, a LEC, dirigindo o recém-fundado Partido Republicano Progressista (PRP), elegeu o prefeito de Fortaleza, Raimundo Alencar Araripe, ex-diretor da União dos Moços Católicos. Pimentel e Araripe continuaram em seus cargos durante o Estado Novo e, em 1938, o senador Waldemar Falcão assumiu o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Em 1941, Falcão deixa o cargo para ser empossado ministro do Supremo Tribunal Federal (MOTA, 2000: 24).

Vale ressaltar que pertenciam a LEC, os remanescentes dos partidos Conservador e Democrata cujo revezamento, no executivo estadual, dominara a cena política na Primeira República (MOTA, 2000: 76). Como decorrência disso, os lecionistas, entre os setores que compunham a classe dominante local, tenham adquirido o status de fração dirigente.

Analisando as matrizes do anticomunismo, Rodrigo Patto Sá Motta afirmou que a Igreja Católica se “constituiu, provavelmente, na instituição não estatal (desconsiderando, é claro, o Vaticano como Estado efetivo) mais empenhada no combate ao comunismo ao longo do século XX”. Ao reportar-se à compreensão da cúpula eclesial, enfatizou: para as lideranças católicas “o comunismo era um inimigo

---

<sup>36</sup> O homem do dia. Fortaleza, 7 mar. 1934. Editorial, p. 1.

irreconciliável da Igreja, um desafio à sobrevivência da religião ao qual só podia responder com luta”. Prosseguindo, situou, na segunda metade do século XIX, o início do rechaço sistemático ao comunismo e definiu os seus marcos doutrinários: as encíclicas de Leão XIII, *Quod Apostolice Muneris* – Sobre o Socialismo e o Comunismo, de 1878 e *Rerum Novarum* – Sobre a condição dos operários, de 1891. Ressaltou também a *Divinis Redemptoris* – Sobre o Comunismo Ateu, de 1937, chancelada por Pio XI.

A Revolução Bolchevique (1917), na Rússia, e a Guerra Civil Espanhola (1936/39), segundo Rodrigo Patto Sá Motta, intensificaram a disposição da Igreja Católica de combater o socialismo. Durante a Guerra Civil Espanhola, *O Nordeste*, corriqueiramente, trouxe reportagens sobre o conflito, comentou-o em seus editoriais e colocou-se na defesa das posições defendidas pelo General Franco. Nestes materiais, qualificou os republicanos de “queimadores de igreja, profanadores de imagens, desenterradores de monjas, assassinos de padres inermes e de freiras tímidas”.<sup>37</sup> Nem mesmo durante a 2ª Guerra Mundial, momento em que a União Soviética lutou com os aliados contra o nazismo, *O Nordeste* deixou de tecer críticas ao comunismo.

Rodrigo Patto Sá Motta (2002: 18-22) assegurou que o temor de que o comunismo conquistasse adeptos entre os fiéis já se revelara em momentos anteriores, mas foi a partir da década de 1930 que a insegurança se fez presente com mais força, tornando-se elemento constante. Outro aspecto destacado por este historiador referiu-se à ausência de trabalhos acadêmicos pertinentes aos conservadores. Ao afirmar que a historiografia ateve-se em pesquisar os revolucionários e a esquerda, deixando para segundo plano as propostas ligadas à ordem, enfatizou que muitas vezes, o empenho em compreender era suplantado pela ânsia de denunciar.

Entretanto, em Fortaleza, *qual a origem desta prática social?* A construção desta resposta passa por situar a instalação da Diocese do Ceará em 1860. Criada quando das disputas intra-eclesiais que envolveram o clero liberal e o romanizado, o bispado cearense será majoritariamente área de romanização (PINHEIRO, 1994: 199-210).

Analisando as administrações eclesiásticas desde a instalação da Diocese do Ceará, o historiador João Alfredo de Sousa Montenegro (1992: 94-95) esclareceu:

---

<sup>37</sup> Dois anos de guerra na Espanha. Fortaleza, 18 jul. 1938. Editorial, p. 1.

Dom Luís Antônio dos Santos [1861-1884] vai das intenções à prática e monta em Fortaleza sólida infra-estrutura eclesial, a começar pela criação do Seminário, que logo se tornaria importante foco de irradiação da cultura religiosa, formando inúmeros sacerdotes e abrindo perspectivas de uma ação pastoral dentro dos novos moldes depurados e impostos de Roma. [...] Valores Tradicionalistas, como a obediência, são rigorosamente vivenciados. [...] De fato, todos os movimentos sociais e religiosos deflagrados em Fortaleza mais acentuadamente, até o governo episcopal de Dom Antônio de Almeida Lustosa [entre 1941 a 1963] receberam o influxo do Seminário da Prainha, direta ou indiretamente [...]. Até mesmo movimentos políticos de direita, como o Integralismo [...]. De sorte que há uma atuação da Igreja Católica no Ceará [...] demonstrando a continuidade [...] do Tradicionalismo, com extraordinária capacidade de adaptação às novas circunstâncias históricas.

## BIBLIOGRAFIA

AZZI, Riolando. O Episcopado Brasileiro frente à Revolução de 1930. *Síntese*. São Paulo, Edições Loyola, v. 7, n. 12, p. 47-78, jan./mar.1978.

CORDEIRO JÚNIOR, Raimundo Barroso. A Legião Cearense do Trabalho. In: SOUSA, S. (Org.). *Uma Nova História do Ceará*. Fortaleza: Ed. Fundação Demócrito Rocha, 2000, p. 317-344.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

PINHEIRO, Francisco José. O processo de romanização no Ceará. In: SOUZA, Simone (Org.). *História do Ceará*. 2. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994, p. 199-210.

MIRANDA, Júlia. *O Poder e a Fé: discurso e práticas católicas*. Fortaleza: Ed. UFC, 1987.

MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. *O Trono e o Altar: As Vicissitudes do Tradicionalismo no Ceará (1817-1978)*. Fortaleza: Ed. BNB, 1992.

MOTA, Aroldo. *História Política do Ceará: 1930-1945*. 2. ed. Fortaleza: ABC Fortaleza, 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "Perigo Vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

OPPO, Anna. Partidos Políticos. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). *Dicionário de Política*. Tradução de Carmem C. Varriale, Gaetano Lo Mónaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cascais e Renzo Dini. 13. ed. Brasília: Ed. UNB, 2007, vol. 2, p. 898-905.